

MARIELLE FRANCO E EDSON LUÍS: UM ENUNCIADO IN MEMORIAN

MARIELLE FRANCO AND EDSON LUÍS: A STATEMENT IN MEMORIAN

MARIELLE FRANCO Y EDSON LUÍS: UN ENUNCIADO EN MEMORIA

Gabrielle Alves Reis¹
Emerson Tadeu Cotrim Assunção²
Talita de Souza Figueredo³

Resumo

No presente trabalho, trazemos como acontecimentos discursivos os assassinatos da vereadora do PSOL (RJ), Marielle Franco, morta em março de 2018, e o de Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, morto pela polícia em uma manifestação estudantil no Rio de Janeiro. O objeto da pesquisa é compreender como o enunciado “luto” emergiu através das manifestações ocorridas após a morte da vereadora, tendo como campo associado de memória a passeata que aconteceu após a morte de Edson Luís de Lima Souto. Como objetivo geral, buscamos evidenciar como as imagens externas nos remetem a uma memória social e coletiva por meio das imagens interiores, despertando um imaginário social que constitui um acontecimento discursivo contra a repressão aos direitos humanos. A imagem externa que trazemos é uma fotografia feita na manifestação realizada no velório da vereadora, em 2018. No cartaz, há a formulação enunciativa “Transformar o luto em luta. Marielle Franco, presente”. A repetição se materializa por meio da utilização da formulação “luto”, produzindo um efeito de duplicidade que retoma o discurso de mártir de Edson reproduzido sobre Marielle, quanto pela materialidade do suporte, o cartaz. Para tanto, a pesquisa parte da noção de intericonicidade (COURTINE, 2006; 2009; 2013) e sobre discursos e enunciados (FOUCAULT, 2008; 1995). Utilizamos como metodologia a Análise do Discurso de linha francesa (FOUCAULT, 2008). As análises indiciam que tal formulação dialoga dentro de uma mesma memória discursiva, evidenciando os lugares ocupados por estes, comprovando o acontecimento discursivo de resistência e as características da intericonicidade e formação discursiva.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Intericonicidade; Memória Discursiva; Marielle Franco; Edson Luís.

Abstract

In the present work, we bring the murders of Socialism and Liberty Party - PSOL councilwoman, Marielle Franco, killed in March 2018, and that of Edson Luís de Lima Souto, killed on March 28, 1968, in Rio de Janeiro. The object of the research is to understand how the utterance “mourning” emerged through the manifestations that occurred after the councilwoman's death, having as an associated field of memory the march that happened after the death of Edson Luís de Lima Souto. As a general objective, we seek to highlight how external images lead us to a social and collective memory through inner images, awakening a social imaginary that constitutes a discursive event

¹ Mestranda em Linguística na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente na Universidade do Estado da Bahia.

³ Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e mestra em Memória: Linguagem e Sociedade pela mesma instituição. Docente na Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia.

against the repression of human rights. The external image we bring is a photograph taken at the demonstration held at the councilwoman's funeral in 2018. The prominent poster has the enunciative wording "Turning mourning into struggle. Marielle Franco, present". The repetition materializes through the use of the formulation "mourning", producing a double effect that occurs, which takes up Edson's martyr discourse reproduced over Marielle, as well as the materiality of the support, in this case, the poster. For this, the research starts from the notion of intericonicity (COURTINE, 2006; 2009; 2013) and discourses and utterances (FOUCAULT, 2008; 1995). We use the French Discourse Analysis as a methodology (FOUCAULT, 2008). The analyzes indicate that such formulation dialogues within the same discursive memory evidencing the positions occupied by them, thus proving the discursive event of resistance, consistent with the characteristics of intericonicity and discursive formation.

Keywords: Discourse Analysis; Intericonicity; Discursive Memory; Marielle Franco; Edson Luís.

Resumen

En el presente trabajo, presentamos como hechos discursivos los asesinatos de la concejal del PSO (RJ), Marielle Franco, asesinada en marzo de 2018 y la muerte de Edson Luís de Lima Souto, el 28 de marzo de 1968, en una manifestación en Río de Janeiro. El objetivo de la investigación es comprender cómo surgió el enunciado "luto" a través de las manifestaciones que ocurrieron después de la muerte de la concejal, teniendo como campo de memoria asociado la marcha que ocurrió después de la muerte de Edson Luís de Lima Souto. Como objetivo general, buscamos resaltar cómo las imágenes externas nos llevan a una memoria social y colectiva a través de imágenes internas, despertando un imaginario social que constituye un evento discursivo contra la represión de los derechos humanos. La imagen externa que traemos, es una fotografía tomada en la manifestación celebrada en el funeral de la concejala en 2018. El póster prominente tiene la redacción enunciativa "Convertir el dolor en lucha. Marielle Franco, presente". La repetición se materializa mediante el uso de la formulación "luto", que retoma el discurso mártir de Edson reproducido sobre Marielle, como en la materialidad del soporte, en este caso el cartel. Para esto, la investigación parte de la noción de intericonicidad (COURTINE, 2006; 2009; 2013) y sobre discursos y enunciados (FOUCAULT, 2008; 1995). Utilizamos el análisis del discurso francés como metodología (FOUCAULT, 2008). Los análisis indican que dicha formulación debido a los conflictos externos que demuestran la posición ideológica de los discursos de los sujetos, demostrando así el evento discursivo de resistencia, consistente con las características de intericonicidad y formación discursiva.

Palabras clave: Análisis del discurso; Intericonicidad; Memoria discursiva; Marielle Franco; Edson Luís.

Introdução

No ano de 2016 o Brasil viu sua democracia balançar. O impedimento da Presidenta Dilma Rousseff (PT) foi sacramentado "num grande acordo nacional, com o Supremo, com

tudo”⁴ e o mundo deu outro nome a esse processo: golpe parlamentar. A histórica divisão social do país ganhou tons de uma divisão política mais acentuada e intolerante. Em lugar de Dilma, assumiu o seu vice-presidente, principal algoz do golpe de 2016. O governo de Michel Temer (MDB) foi marcado por escândalos de corrupção, supressão de direitos e garantias, aprovação de reformas impopulares, como a Reforma Trabalhista, e arquivamentos, pela Câmara Federal, de pedidos feitos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para avançar com as investigações dos crimes cometidos pelo presidente.

A disputa de narrativas entre os que defendem a legalidade do *impeachment* de Dilma Rousseff e os que nomeiam o processo como um golpe parlamentar ainda perdura até hoje e os seus efeitos foram visíveis no pleito eleitoral presidencial que se seguiu. As eleições de 2016 foram marcadas por ações político-jurídicas controversas: a prisão do ex-Presidente Lula, até então líder nas pesquisas de intenção de voto, e a ascensão de Jair Bolsonaro, ex-deputado federal conhecido por suas pautas de ataques aos direitos LGBTQ+, indígena, femininos e raciais. Bolsonaro se elegeu presidente e o Brasil mergulhou num clima político atípico, marcado por um governo autoritário, com a emergência de discursos de ódio e expansão das desigualdades sociais.

Entre o fim do governo Dilma e a ascensão conservadora de extrema-direita do governo Jair Bolsonaro (PSL), muitos ataques aos direitos civis e políticos foram sentidos pela população brasileira. No interstício entre esses dois governos, figura o governo Michel Temer. Impopular, sem legitimidade pelo voto e com centralização em discursos conservadores, Temer se munuiu de estratégias para governar. Uma de suas bandeiras foi o combate à violência, nem que para isso precisasse lançar mão de dispositivos pouco democráticos e violentos. Buscando pelo fio condutor da memória, alguns fatores levam-nos a observar diversas similaridades entre esse governo com a realidade ditatorial que o país enfrentou durante o período de 1964 até 1985. Como exemplo, trazemos a crise de violência na/da cidade do Rio de Janeiro e, em 16 de fevereiro de 2018, a Intervenção Militar

⁴ Esse trecho consta nos diálogos, vazados em 23 de maio de 2016, entre o Sr. Sérgio Machado, presidente da estatal brasileira TRANSPETRO, e o senador da República, Romero Jucá (MDB), sobre os avanços da operação Lava-Jato e o que poderiam fazer para freá-la a fim de não atingir os grandes “caciques” da política nacional.

feita pelo Governo Federal aos órgãos de segurança do Estado carioca, que passaram a ser subordinados a um Interventor federal nomeado por Temer.

E é justamente nesse período que acontece o assassinato⁵ da vereadora carioca pelo PSOL⁶, Marielle Franco, e o assassinado de seu motorista, Anderson Gomes. Se o discurso pode ser definido, como sinaliza Pêcheux (2008), como um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, esse acontecimento traduz uma i) atualidade, que é a intervenção militar no RJ em 2018 e o assassinato da vereadora Marielle Franco, que foi brutalmente assassinada, junto com seu motorista Anderson Gomes, em março de 2018, e uma ii) memória, que é a Ditadura Militar no Brasil, iniciada com o golpe de 1964, e o assassinato, pela polícia militar, de Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, em uma manifestação contra a má qualidade das refeições do restaurante universitário Calabouço, que atendia aos estudantes secundaristas que tinham baixa renda, localizado no Rio de Janeiro.

A morte de Marielle repercutiu no mundo inteiro e as ruas do Rio de Janeiro foram tomadas por manifestantes. E é dessas manifestações, especialmente a ocorrida no dia do velório da vereadora, que surgiu o objeto dessa pesquisa. Então, aqui nesse artigo, analisamos como o enunciado “luto” emergiu através das manifestações ocorridas após a morte da vereadora, tendo como campo de memória as manifestações que aconteceram após a morte de Edson Luís de Lima Souto, em 1968.

Para as análises, utilizamos os princípios da intericonicidade. Objetivamos, com isso, mostrar como as imagens externas nos remetem a uma memória social e coletiva por meio das imagens interiores, sendo a primeira a respeito das manifestações após a morte de Marielle e a segunda após a morte de Edson Luís, despertando um imaginário social que constitui um acontecimento discursivo contra a repressão aos direitos humanos. O enunciado de que tratamos aparece rarefeito nas imagens e se traduz como “Transformar o luto em luta. Marielle Franco, presente”.

⁵ O assassino de Marielle foi preso em março de 2019. Entretanto, ainda não foram esclarecidos os fatos e os mandantes do crime. O processo segue em segredo de justiça e há reiteradas tentativas de silenciamento desse caso pela Polícia do Rio. O assassino morava no mesmo condomínio do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro.

⁶ Partido Socialismo e Liberdade – RJ

Pretendemos provar que, por meio do princípio da intericonicidade, este é um enunciado ao retomarmos a presença das cinco condições descritas por Foucault na obra *Arqueologia do saber* (2008), quais sejam: a) a duplicidade; b) a posição do sujeito; c) o campo associado de memória; d) a materialidade sequencial e e) a repetição. Para tanto, daremos progressão ao presente artigo partindo das concepções trazidas por Foucault (2008; 1995) sobre discursos e enunciados; Courtine (2009; 2013), com valiosas contribuições sobre intericonicidade; Milanez (2006a; 2006b; 2015); Gregolin (2005); Fernandes (2005) e Figueredo (2012), com vertentes entre discursos, formação discursiva e metodologias de análise do discurso. Tivemos como motivação de pesquisa o seguinte questionamento: quais materialidades imagéticas podem comprovar que o “luto” faz ecoar uma memória discursiva de resistência?

As análises sinalizam que a formulação “luto” analisada em um cartaz de manifestação da morte de Marielle Franco materializa um enunciado, pois desperta uma memória discursiva de resistência através da manifestação ocorrida após a morte de Edson Luís, condizendo, assim, com as características da intericonicidade e formação discursiva apresentadas na Análise do Discurso francesa (doravante ADF), efetuada no Brasil.

Revisão de literatura

De acordo com a Análise do Discurso Francesa (ADF) utilizada no Brasil, o discurso é definido como um conjunto de enunciados que segue a regra de formação comum e, de acordo com sua emergência, estes passam a ser suscetíveis a mudanças, compreendendo que a ADF

é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise desses acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história. (GREGOLIN, 2007, p. 13)

Assim, mediante estudos de Foucault n’*Arqueologia do Saber* (2008), há evidências de como cada discurso emerge, em qual(is) lugar(es) estão localizados e como os textos que tratamos ligam-se uns aos outros, organizando-se como uma figura única que carrega significações comuns à uma época. Ou seja, por meio da *Arqueologia* de Foucault,

trazemos os fundamentos sobre formação discursiva, concepção do enunciado no discurso e, *pari-passu*, como metodologia de pesquisa, quando lançamos mão de noções sobre as condições para que essa análise seja realizada, o que tomaremos por pesquisa em Análise do Discurso. Para que as análises da imagem sejam realizadas, utilizaremos a intericonicidade, que se propõe a buscar outro texto presente na imagem, tendo necessidade de um mecanismo material para decifrá-la, sendo este a semelhança que existe na imagem, por meio da historicidade ou da recuperação do arquivo de memória social e coletiva (MILANEZ, 2015).

São, entre outros, esses os aspectos que discutiremos nesse texto de revisão de literatura.

- Enunciado, memória e intericonicidade e acontecimento discursivo

Nenhum discurso é novo, este existe ao longo da história, em diversas vertentes, passando por (re)construções sociais, portanto é uma repetição daquilo que já existe e que passou por uma série de rupturas. Logo, podemos nos remeter aos estudos de Foucault, que apresenta a *formação discursiva*, e esta “determina uma regularidade própria a processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos” (FOUCAULT, 1972, p. 92) Nessa perspectiva, é apresentado o conceito de objeto do discurso, que tem a capacidade de se reconfigurar, e é sustentado por redes de saber, onde se materializa o enunciado.

Na referida obra, Foucault apresenta cinco condições que são necessárias para que haja um enunciado. A duplicação é a primeira condição de existência deste, pois, segundo ele, “uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com "outra coisa" [...] uma relação específica que se refira a ela mesma - e não à sua causa, nem a seus elementos” (FOUCAULT, 2008, p. 100). Sobre tal questão, Courtine aponta que existem condições de produção para que esse enunciado exista por meio da formação discursiva pois estas “encontram-se representadas no discurso por uma série de ‘formações imaginárias’ que designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro.” (COURTINE, 2009, p. 49) Assim, pode-se compreender que o enunciado

precisa estar ligado a uma espécie de memória para que seja duplicado. Gregolin, por sua vez, diz que “toda formulação possui, em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais produzem-se certos efeitos de memória específicos.” (2005, p. 159).

Já a segunda condição, proposta por Foucault (2008), é a existência de uma posição de sujeito que o enuncie. Ou seja, para

que uma série de signos exista, é preciso - segundo o sistema das causalidades - um "autor" ou uma instância produtora. Mas esse "autor" não é idêntico ao sujeito do enunciado; e a relação de produção que mantém com a formulação não pode ser superposta à relação que une o sujeito enunciante e o que ele enuncia. (FOUCAULT, 2005, p. 104)

Então, de acordo com Figueredo (2012), o “sujeito do enunciado é uma posição neutra, sem relação com o tempo ou o espaço, podendo ser ocupada por qualquer indivíduo” (p. 24). O que significa afirmar que, para que o enunciado exista, é necessário que haja um sujeito que tenha produzido esse enunciado *a priori*.

A terceira condição, por sua vez, evidencia que, para a existência do enunciado, é preciso a presença de um campo associado de memória que, como afirma Foucault (2008),

[...] não se trata de uma relação suplementar que vem se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase, não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado sem que seja utilizado um espaço colateral; um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. (FOUCAULT, 2008, p.110)

Assim, podemos traçar a singularidade do enunciado a partir de sua ligação com as redes de memória, tendo como característica as associações que podem ser realizadas nesse enunciado. Em síntese, como diz Figueredo (2012), a existência desse enunciado é “uma relação dada não por funções ou relações sintagmáticas, mas pela coexistência” (p. 25).

Progressivamente, a quarta condição é a da materialidade sequencial que compõe o enunciado, ou seja, é necessário que haja uma materialidade física para que este seja analisado. À guisa de ilustração, Foucault (2005) evidencia que

[...] a materialidade desempenha, no enunciado, um papel muito mais importante: não é simplesmente princípio de variação, modificação dos critérios de reconhecimento, ou determinação de subconjuntos linguísticos.

Ela é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data (FOUCAULT, 2005, p. 114).

Desse modo, compreende-se que a materialidade pode existir de diversas maneiras, como imagens, textos, arquiteturas e etc. (FIGUEREDO, 2012), podendo ser associadas a uma memória. Assim, sendo a imagem o nosso principal *corpus* de análise, caracterizando a materialidade que faz parte da produção do enunciado, podemos compreender que “não há imagem que não nos faça ressurgir outras imagens, tenham essas imagens sido vistas antes, ou simplesmente imaginadas” (COURTINE *apud* MILANEZ, 2006a, p. 168).

Por fim, a quinta concepção trazida por Foucault (2008), é chamada de materialidade repetível, já que, partindo do pressuposto de que a materialidade física é carregada de memória, a materialidade repetível nada mais é do que a repetição dessa. Sobre isso, o autor diz que essa

materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. [...] o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização. (FOUCAULT, 2008, p. 118)

Foucault também apresenta a noção de arquivo, que é composto por um sistema de enunciados, ou seja,

ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos [...] e coisas. (FOUCAULT, 2008, p. 146)

Sendo assim, chegamos a compreensão de que o arquivo é constituído de diversos enunciados que se formaram e transformaram, regendo o enunciado como um aparecimento singular.

Tratando-se da memória discursiva, Courtine mostra que

a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regidas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, ‘discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos,

permanecem ditos e estão ainda a dizer'. (COURTINE, 2009, p. 105-106)

Logo, o enunciado é atrelado à memória quando visto através da historicidade, podemos identificá-lo quando se trata da imagem, levando em conta o que Foucault nos mostra acerca do “já-ditos”, ou seja,

é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 1998, p. 31)

Pode-se pensar que este também reverbera na materialidade imagética, pois “a noção de memória foi e permanece ainda aqui um investimento interpretativo de grande alcance, tanto no que concerne às palavras quanto às imagens: seu funcionamento no estado líquido se fundamenta na volatilidade, na efemeridade, na descontinuidade e no esquecimento” (COURTINE, 2008, p. 17). Dessa forma, ao ativar o mecanismo de memória fazemos uma relação entre o presente e o passado, inserindo-nos num ‘domínio de memória’ e ‘domínio de atualidade’, estes são um conjunto de representações discursivas relacionadas a algo que atravessa a imagem por meio da história (MILANEZ, 2006b), portanto, entendemos que, por meio desse domínio, o funcionamento discursivo e a articulação dos enunciados podem ser compreendidos, isto é, “esta memória das imagens pode ser uma memória das imagens externas, percebidas, mas pode ser igualmente a memória das imagens internas, sugeridas, “despertadas” pela percepção exterior de uma imagem” (COURTINE, 2013, p.43).

Assim, podemos ratificar que para que as imagens sejam produzidas é necessário que tenham como base duas condições principais, sendo estas i) a competência pessoal para tornar animadas imagens inanimadas, sujeitando-as, portanto, ao diálogo, e a outra ii) refere-se à possibilidade das imagens tomarem corpo na estrutura que as recebe (COURTINE, 2005). Em vista disso, compreende-se que a intericonicidade abre diálogos regulares e irregulares entre imagens internas e externas, trazendo à tona sentidos no discurso, operando, portanto, como uma memória social (NAVARRO, 2003).

Destarte, ao buscarmos um eco da formulação “luto” que atravessa a imagem do cartaz da manifestação após a morte de Marielle e nos faz chegar a memória da manifestação ocorrida após a morte de Edson Luís, compreendemos que “a

formação discursiva não define somente um universo de sentido próprio, ela define igualmente seu modo de coexistência com outros discursos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 106), e essa formação discursiva interpretada na imagem “vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos” (SOUZA, 1998, p. 9).

Faz-se necessário também trazer a noção de acontecimento discursivo, visto que este está relacionado à memória e história, ou seja, “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p.17), sendo, assim, uma consciência de enunciados que, num dado momento, se entrecruzam (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 166). Portanto,

o conceito de acontecimento discursivo se faz importante por reunir ou conter em si o caráter histórico de um evento que não se repete, que marca uma ruptura, sai do nível da “normalidade”. Além do fato de que, a partir dele, surgem outros discursos, para reafirmar, refutar, deslocar os sentidos. (COSTA, 2011, p. 86)

Em vista disso, compreendemos que a materialidade imagética do nosso *corpus* só foi possível por consequência de outro “acontecimento”, ou seja, de um acontecimento discursivo.

Análises

Analisamos, nesse artigo, como a memória discursiva do enunciado “luto” emergiu através da manifestação ocorrida após a morte de Marielle Franco e como a atualização desse campo de memória apresenta regularidades e uma dispersão, evidenciando a resistência ao transformar o termo substantivado “luto” no termo verbal “luta”. De acordo com Foucault (2008), o enunciado sempre irá emergir com alguma atualização, não se mostrando do mesmo jeito, atribuindo-se um significado investido a esse pela instituição que o autoriza ser dito, ou seja, uma dispersão que se manifesta nas diferentes modalidades enunciativas. Em vista disso faremos a contextualização da realidade sócio histórica em que o país passava em 1968, e os fatores que contribuíram para o surgimento do enunciado que será nosso campo associado memória e, posteriormente, explanaremos

o contexto social e político do país em 2018, onde e quando se atualiza o enunciado.

- Brasil: contextos sociais de 1968 e 2018

Os assassinatos de Edson Luís e Marielle Franco são permeados por diversas singularidades. No mesmo mês em que se completou o cinquentenário da morte do secundarista, a vereadora foi assassinada. Como mártires de uma realidade social violenta, um no contexto ditatorial (1964 – 1985) e a outra num contexto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, ambos representam símbolos de luta e resistência contra àqueles que querem calar a democracia.

Para falar sobre Edson é necessário que façamos uma contextualização do Brasil de 1968, que estava completando o quarto ano no regime militar, e passava também por novos aspectos de repressão e violência sob o governo de Costa e Silva. O Movimento Estudantil fazia diversas articulações contra a ditadura e, nesse cenário, o governo militar não cessava as atitudes repressivas contra os mesmos, a violência tornou-se crescente e, apesar disso, as mobilizações estudantis ganharam força, sendo sempre representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), mantendo os congressos anuais mesmo com ameaças vindas da polícia militar.

Em 28 de março de 1968, acontecia uma manifestação em protesto contra a má qualidade das refeições do restaurante universitário Calabouço, localizado no Rio de Janeiro. Esse restaurante atendia os estudantes secundaristas que tinham baixa renda financeira. Foi quando a polícia militar fez uma invasão violenta e matou o estudante Edson Luís de Lima Souto. Valle (1998) ressalta que

[...] todo o esquema de segurança do governo estava ciente da manifestação dos estudantes no Calabouço, com quase 15 dias de antecedência. Tanto assim que, no momento e local do protesto, estavam presentes a Polícia Militar, a Polícia Civil e agentes do DOPS, para impedir a passeata proibida – por ser “contra o governo”. (VALLE, 1998, p. 50)

O regime militar alegou que a violência da polícia se deu em legítima defesa, pois, segundo o governo, os estudantes agiram com agressividade. Mas, de acordo com a União Metropolitana dos Estudantes, estes apenas tentaram se defender, pois, estavam em menor número e sem armas. Após o ocorrido, diversos veículos

mediáticos relataram a forma truculenta daquela invasão, afirmando que Edson Luís havia sido assassinado pelos policiais militares, como explicitou a primeira página o jornal *Correio da Manhã* (1968)⁷:

A Polícia Militar da Guanabara transformou, ontem à noite, as imediações do novo restaurante do Calabouço em verdadeira praça de guerra, matando um estudante, ferindo outro e mais um servidor do INPS, após vários choques da corporação invadirem o local, onde grupos de estudantes discutiam a realização, hoje, de uma passeata de protesto contra as condições de higiene do restaurante. Depois de espancar moças e rapazes, os policiais os puseram em fuga, fazendo vários disparos, um dos quais atingiu mortalmente Edson Luís Lima Souto [...]. O tenente Alcindo Costa, do Batalhão motorizado da PM, foi o autor do disparo que atingiu Edson. [...]

Assim como Edson representava a classe estudantil que se opunha ao regime militar, Marielle também representava o seu meio, denunciado a truculência da polícia militar nas ações dentro de comunidades. Faz-se necessário descrever a conjuntura do Estado do Rio de Janeiro que é cenário do ativismo de Marielle Franco.

No dia 20 de fevereiro de 2018, o Senado Federal aprovou, com 55 votos favoráveis e 13 contrários, um decreto assinado pelo presidente Michel Temer que determinou uma intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, fazendo com que a responsabilidade da segurança pública seja de um interventor militar que responde diretamente ao presidente. Tal intervenção federal, mesmo estando prevista na Constituição de 1988 nunca havia sido aplicada, é pensada para casos de extrema urgência, quando todas as outras medidas de segurança já houvessem sido esgotadas. Essa medida de intervenção afeta diretamente as comunidades periféricas do Rio de Janeiro, onde já havia atuação das Forças Armadas, acarretando numa crescente onda de medo por parte da população.

Nesse contexto, trazemos à tona a fala da vereadora Marielle Franco que explicitou a ocorrência de tais ações. Numa entrevista ao site *Correio da Cidadania*⁸, em 24 de fevereiro

⁷ “Polícia militar mata estudante” in *Correio da Manhã*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=93714&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 8 abr 2018.

⁸ Intervenção federal no Rio: “leilão do Estado e falta de investimento nos profissionais da segurança”, In *Correio da Cidadania*. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/34-artigos/manchete/13126-intervencao-federal-no-rio-reflexo-do-leilao-do-estado-e-ausencia-de-investimento-nos-profissionais-da-seguranca-publica>. Acesso em: 21 abr 2018.

de 2018, esta relata a sua perspectiva acerca da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro

[...] já senti na prática o que é dormir e acordar com barulho de tanque, revistas e diversas violações de direitos, o que nos faz, favelados e faveladas, ter muita apreensão. Não só pela perspectiva do debate político e teórico. Na Maré, que é minha casa, meu lugar de vida, foram 14 meses de ocupação da Força Nacional na época das Olimpíadas. Despreparo, violação e violência foram a rotina. [...] A população da Maré mais uma vez se vê sob o jugo de muitos fuzis, seja das Forças Armadas, da PM ou do crime. É um elemento que vulnerabiliza quem mora lá. E a política pública de segurança, ao invés de pensar numa perspectiva inclusiva, cidadã, com alternativas ao varejo da droga, infelizmente chega com a mão forte do general. Por isso vejo tudo com muito receio. (*Correio da Cidadania*)

A quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro, formada em Sociologia (pela PUC-Rio) e com Mestrado em Administração Pública (pela UFF), ativista, defensora dos direitos humanos, negra, bissexual e criada no complexo da Maré, Marielle sempre teve uma atuação muito forte nas denúncias contra as ações de descaso dos militares nas comunidades. Tendo defendido sua dissertação de mestrado em administração pública com o título “UPP: redução da favela a três letras”, que fazia uma análise acerca da militarização e do neoliberalismo que foram adotados como modelo ao Estado Penal brasileiro, em que o complexo da Maré foi utilizado como estudo de caso.

Sua atuação na câmara trazia às pautas a defesa das mulheres, nas quais esta apresentou diversos projetos que explicitavam a violência de gênero no Rio de Janeiro e modos de intervenção para que os direitos das mulheres pudessem ser protegidos.

No dia 28 de fevereiro de 2018, Marielle, juntamente com outros 17 parlamentares, assumira um posto como relatora de uma comissão que fora criada para averiguar a atuação militar dentro das comunidades. Esta se posicionava totalmente contrária a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro e, poucas horas antes de seu assassinato, foi encaminhado um artigo para o *Jornal do Brasil*⁹, no qual a vereadora relatava quais são os caminhos realmente necessários para a solução da violência no Rio:

⁹ Em artigo a jornal, Marielle Franco aponta caminhos para a solução da crise na segurança e em outras áreas. *In O globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-artigo-jornal-marielle-franco-aponta-caminhos-para-solucao-da-crise-na-seguranca-em-outras-areas-22495963>. Acesso em: 23 abr 2018.

Definitivamente a segurança pública não se faz com mais armas. Mas com políticas públicas em todos os âmbitos. Na saúde, educação, cultura e geração de emprego e renda. É premente a necessidade de monitorarmos esse processo, tendo o cuidado de lutar para que os direitos individuais e coletivos sejam assegurados, para que as instituições democráticas sejam preservadas e sigam autônomos. O contrário disso digo se revelaria algo bem perigoso em uma sociedade que tem tradição patrimonialista, pouco afeita ao trato democrático e que tem uma relação histórica violenta com sua população mais vulnerável.

Em vista do paralelo realizado acerca dos cinquenta anos que separam o contexto social que foi pano de fundo para o assassinato de Edson Luís e o assassinato de Marielle, analisaremos agora a emergência do enunciado “luto” através do velório de ambos as vítimas da violência policial no Brasil.

- A morte como ato político: emergência da memória discursiva no enunciado “luto”

Após o assassinato, o corpo de Edson foi levado para a Assembleia Legislativa, que rapidamente se encheu de pessoas que foram prestar apoio àquela causa. O corpo do estudante foi velado durante toda a noite e o enterro aconteceu durante o dia, com 50 mil pessoas reunidas, sendo considerado o ato público de protesto com maior proporção após a implantação do regime militar. Foi ascendido ali um ato político de grande impacto, fazendo com que os movimentos sociais, principalmente o estudantil, tivessem ainda mais força contra a ditadura.

A morte de Edson teve grande repercussão no Brasil. Foram realizados diversos atos em sua memória, tendo como principal pauta o repúdio contra a violência da polícia militar. Santana (2007) salienta que Costa e Silva, durante a comemoração do aniversário do golpe, prometeu responder as manifestações estudantis que aconteciam massivamente, proibindo também qualquer protesto que tivesse relação com o assassinato do estudante. Poerner¹⁰ (1995) salienta que

[...] a morte do jovem Edson Luís constituiu um marco na história brasileira contemporânea, pois o impacto do acontecimento despertou forças de oposição e protestos que até então pareciam adormecidas. Pessoas e setores que se

¹⁰ POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

mantinham apáticos de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que, em última instância, visava – embora de maneira às vezes inconsciente – a deter um processo de violência que se chocava com o humanismo inerente ao povo brasileiro. (POERNER, 1995, p. 3289)

Assim, podemos salientar que a morte de Edson Luís, mártir da violência policial na ditadura militar, se tornou um ato político. Sua memória que ainda hoje ecoa através da história, é um símbolo da força e resistência tanto do movimento estudantil, quanto dos demais movimentos de oposição ao regime ditatorial de 1964.

A vereadora Marielle Franco foi assassinada violentamente no dia 14 de março de 2018, com quatro tiros na cabeça, quando voltava, juntamente com seu motorista Anderson Gomes, que também morreu no local, e sua assessora, que não se feriu, do evento “Jovens Negras Movendo Estruturas”. O carro em que estavam foi emparelhado por outro, de onde vieram os disparos. Os assassinos saíram do lugar sem levar nada. Após a identificação dos assassinos, ainda não se sabe quem foram os mandantes da execução. A principal linha de investigação aponta para milicianos que, como uma forma de silenciamento, executaram a vereadora.

Os corpos de Marielle Franco e Anderson Gomes foram velados na sede da Câmara Municipal do Rio, localizada na Cinelândia, onde milhares de pessoas se fizeram presentes para manifestarem seu apoio aos familiares e protestarem por justiça.

A imagem externa que trazemos é uma fotografia feita na manifestação ocorrida após a morte de Marielle Franco, manifestação essa realizada no velório da vereadora. Podemos ver que há um cartaz em evidência com a seguinte formulação enunciativa “Transformar o luto em luta. Marielle Franco, presente”.

Imagem 1 – Manifestante com cartaz no velório de Marielle Franco



Fonte: <http://www.tribunadainternet.com.br/povo-ensaia-volta-as-ruas-e-a-esquerda-quer-conduzir-as-novas-manifestacoes/>

Através do princípio de intericonicidade que, como explicita Milanez,

busca historicamente outro texto que já está ali presente e não em outro lugar, que aparece de forma apagada, mas que precisa de um mecanismo material para ser decifrado, seja pelas similitudes das imagens, pela repetição de sua historicidade ou pela recuperação do arquivo memorial coletivo (MILANEZ, 2015, p. 200)

Podemos compreender que existem elementos semiológicos e históricos apresentados na imagem, que dão a ver a memória discursiva da manifestação após o assassinato de Edson Luís. Salientando o que Foucault (2008) explicita acerca do enunciado, sabemos que a materialidade deste não é estabelecida apenas pelo espaço ocupado ou pela data em que foi formulado, mas também por seu status de coisa ou objeto, que não tem definição, mas sim codificação e, sendo relativo, pode ser sujeito a ser posto novamente em questão, caracterizando, assim, a duplicidade do enunciado.

Imagem 2 – Manifestantes com cartaz no velório de Edson Luís



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=t7EHP76aYV4>.

A repetição se materializa por meio da utilização da formulação “luto”, produzindo um efeito de duplicidade, que se dá tanto na materialidade discursiva, que retoma o discurso de mártir de Edson reproduzido sobre Marielle, quanto pela materialidade do suporte, no caso o cartaz. Assim, salientando que “não devemos entender que ‘dito’ se refere ao que é falado, mas também ao que é escrito, lido, visto, imaginado, intuído e sonhado” (MILANEZ, 2015, p. 202), percebemos que tal repetição se trata de uma memória, e esta é intrínseca à imagem (MILANEZ, 2015).

Tomando por base os estudos Foucaultianos, compreendemos que o discurso se resulta por meio de um conjunto de enunciados, ao passo em que se apoiem na mesma formação discursiva. Tendo como condições de enunciado a duplicidade que está

exposta nas imagens que estão em nosso *corpus*, ambas trazem o mesmo sentido, tratando da resistência que sucede o luto. Assim, faz emergir uma memória discursiva constituída pelos mártires de um assassinato que afeta a democracia e os direitos humanos. O campo associado de memória se dá por meio do estudante secundarista Edson Luís, que num contexto de regime militar foi assassinado após uma invasão policial no restaurante em que estava, dando a ver as circunstâncias da execução de Marielle Franco que, como já foi citado, foi assassinada por milicianos, o que explicita que tal campo de memória é especificado por um já-dito que se repete e se dispersa em alguns pontos. Portanto, as imagens dos cartazes se mostram “com características históricas definidas no campo das sensibilidades, que passa por um processo para se reinscrever na história, momento em que promoverá sua reistorização, por meio de sequências discursivas que se citam.” (MILANEZ, 2015, p. 204).

Em vista disso, pode-se compreender que ambas as imagens são encadeadas em torno de um acontecimento discursivo, que pontua um determinado elemento, no caso o acontecimento discursivo em torno da formulação “luto”, o que produz um efeito de atualidade, resultado do domínio de memória que emerge a partir do próprio acontecimento, que são colocados “em forma de repetição, contraste ou refutação, uma série de imagens” (MILANEZ, 2015, p. 204), produzindo também um domínio de atualidade que circula na memória social e coletiva.

Por fim, a materialidade sequencial e repetível de memória está presente nas matérias que noticiaram o assassinato de Edson Luís e matérias que fizeram o mesmo acerca do homicídio de Marielle, essas duas últimas, que se fundem em uma só. Sendo Edson Luís um estudante secundarista que fez ascender a militância do movimento estudantil naquela circunstância ditatorial e Marielle Franco que, já ativista, fez o mundo voltar os olhos às injustiças da intervenção federal no Rio de Janeiro. Assim, a repetição de sentido nos cartazes de manifestação do velório de ambos constrói uma regularidade que nos leva a afirmar a construção do enunciado. Nessa mesma linha, Foucault (2008) complementa que

[...] as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou

receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. (FOUCAULT, 2008, p. 61)

Em vista disso podemos notar que o diferencial entre Marielle e Edson é o exercício da militância. A vereadora que foi executada numa tentativa de silenciamento em consequência do seu ativismo dentro das comunidades, e o estudante secundarista que, após sua morte, trouxe forças para os movimentos enfrentarem a ditadura militar no Brasil, nos aponta as regularidades e dispersões que emergem dentro do enunciado “luto”. Dessa forma compreendemos que

a imagem [...] diz respeito a uma arqueologia das imagens e está estritamente, diretamente ligada à noção de sujeito pelo viés foucaultiano, considerando que as imagens compõem domínios visuais em seu interior e em sua exterioridade histórica, inscrevendo-se e ocupando lugar em nosso arquivo memorial de imagens, portanto, em nosso corpo. (MILANEZ, 2015, p. 205)

Destarte, podemos afirmar que, mesmo em formulações enunciativas diferentes, esse acontecimento discursivo, presente nas materialidades das imagens, constituiu-se por intermédio das relações que foram determinadas neste, entendendo que “um domínio de atualidade [...] se alicerça sobre o acontecimento discursivo que ele produz. É sobre essa problematização que também se constrói o conceito de intericonicidade” (MILANEZ, 2015, p. 205), e pela significação referida no deslocamento obtido em sua dispersão.

Considerações Finais

Em vista do que foi apresentado, podemos afirmar que nossa hipótese se fez assertiva. Buscamos no passado o lugar de uma lembrança que nos trouxe à memória o assassinato de Edson Luís, situando e possibilitando sua localização histórica, salientando assim a importância da imagem para um determinado sujeito dentro de determinado momento da história, sabendo “que é o lugar da posição de nosso olhar que constrói o sentido do objeto.” (MILANEZ, 2015, p. 205). Também, conseguimos analisar a imagem diretamente ligada à noção de sujeito e enunciado descrita por Foucault, visto que buscamos a imagem como um objeto de escavação arqueológica, com extratos históricos a partir do sujeito, pois “esse tipo de movimento constitui a noção de intericonicidade, ao mesmo tempo em que os traços de repetição das imagens,

seus domínios de antecipação/atualidade, para a repetição e atualização dos discursos.” (MILANEZ, 2015, p. 205-206). E, por fim, compreendemos que a repetição, quando pensada através dos desdobramentos da imagem na história, nos faz debruçar sobre a intericonicidade.

Referências

COSTA, J. M. S. **Mulher e política: discursivizações sobre candidatas na mídia on-line.** Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá, Paraná, 2010.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et. al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault.** Trad.: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. O sujeito e o poder. In DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Foucault, Uma Trajetória Filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias.** 2005. Disponível em: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/FERNANDES_ADRI.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018

FIGUEREDO, T. S. **A estranha memória do corpo monstruoso: Sujeito e discurso do horror em seis contos da literatura brasileira do século XIX.** Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012.

GREGOLIN, M. R. **Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades.** São Paulo, 2005.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Os efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura.** Campinas: UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação.** In: POSSENTI, S.; SOUZA E SILVA, M. C. P. (org.). São Paulo: Parábola, 2008.

MILANEZ, N. Mídia e História: deslocamentos do corpo, do sexo e da memória. In: SANTOS, J. B. C.; FERNANDES, C. A. (org.). **Análise do Discurso: objetos literários e midiáticos**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006a.

_____. **As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si** em revista impressa. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2006b.

_____. Intericonicidade: da repetição de imagens à repetição dos discursos de imagens. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Maringá, v. 37, n. 2, p. 197-206, Apr.-June, 2015.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Lingüístico, Fpolis**, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

SOUZA, T. C. A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Ciberlegenda**, n. 6, p. 1-34, 1998.

PÊCHEUX, M. **O discurso, estrutura ou acontecimento**. 5. ed., Campinas: Pontes, 2008.

Artigo recebido em: 02 de setembro de 2019

Aprovado em: 27 de julho de 2020

SOBRE XS AUTORXS

Gabrielle Alves Reis é licenciada em Letras Vernáculas e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia, campus XVIII (2015). Mestranda em Linguística no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2020). Participou do GELAT (UNEB) e Grupo de Estudos em Teoria Queer (UNEB). Tem realizado pesquisas nas áreas da Linguística, com ênfase em Análise do Discurso Francesa.

Contato: gabsrsb@gmail.com

ORCID: [0000-0002-8048-5153](https://orcid.org/0000-0002-8048-5153)

Emerson Tadeu Cotrim Assunção é professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XX (Brumado). Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL-UESB). Pesquisador do GELAT (CNPq-UNEB) e LEALLL (CNPq-UNEB).

Contato: emersonbrumado@hotmail.com

ORCID: [0000-0002-0739-7026](https://orcid.org/0000-0002-0739-7026)

Talita de Souza Figueredo é professora de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino da Bahia. É graduada em Letras modernas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), possui Especialização em Linguística e Mestrado em Memória também pela UESB. Atualmente, cursa o doutorado do programa de Pós-graduação em Linguística pela mesma instituição.

Contato: figueredo.tali@gmail.com

ORCID: [0000-0002-4336-9583](https://orcid.org/0000-0002-4336-9583)